

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017

GT-2 – Organização e Representação do Conhecimento - Comunicação Oral

REDOCUMENTARIZAÇÃO, HISTORIOGRAFIA E HUMANIDADES DIGITAIS: O CASO DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO

Hercules Pimenta dos Santos - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Renato Pinto Venâncio – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

REDOCUMENTARIZATION, HISTORIOGRAPHY AND DIGITAL HUMANITIES: THE CASE OF THE ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO

Modalidade da Apresentação: Comunicação Oral

Resumo: O presente texto tem como objetivo apresentar a importância da “redocumentarização do documento de valor histórico”. Procura-se contribuir para o alcance da noção, principalmente no contexto atual, de Humanidades Digitais como um novo campo de atuação dos cientistas sociais. No sentido de exemplificar seu impacto, foi selecionada a experiência do Arquivo Público Mineiro e do Sistema Integrado de Acesso dessa instituição arquivística. A metodologia de levantamento de dados para a estruturação do estudo é a bibliográfica, com entrevistas semiestruturadas. No desenvolvimento da pesquisa, procuramos comprovar os impactos positivos, assim como negativos, da reformatação de acervos, no ofício do historiador. Tem ficado claro que um diálogo mais específico entre os profissionais das áreas focadas é o melhor caminho para amenizar os impactos considerados negativos. As proposições, ora apresentadas, estão embasadas em entrevistas realizadas com historiadores da Universidade Federal de Minas Gerais, as quais compõem a pesquisa de doutoramento. Seu objetivo é demonstrar de forma empírica os fatores que nos chamaram a atenção em relação ao processo de virtualização de acervos de arquivo permanente. Algo demonstrado, mais especificamente, pela importância atribuída pelos historiadores em se ter contato com os elementos e atributos físicos dos documentos, principalmente, nos perfis de pesquisa histórica que focam a materialidade dos objetos produzidos pela humanidade.

Palavras-Chave: Documento; Humanidades Digitais; Acervos permanentes.

Abstract: The present paper aims at presenting the importance of “redocumentarization of documents with historical value”. It aims at contributing to an awareness of the notion, mainly nowadays, of Digital Humanities as a new field for social scientists. In order to illustrate its impact, the experience of Arquivo Público Mineiro and of its Integrated Access System was taken into account. The methodology of data gathering for the study development is bibliographic, encompassing semi structured interviews. During the research development, we aimed at verifying the positive as well as the negative impacts of reformatting collections as a historian. It has become clear that a more specific dialogue between the

professionals from the fields focused seems to be the best way to minimize the impacts regarded as negative ones. The propositions presented are based on interviews carried out with historians from the Federal University of Minas Gerais, which comprise the doctorate research. In turn, its main goal is to demonstrate empirically the salient factors with regard to the virtualization process of permanent collections. Such issue is shown, in particular, due to the importance attributed to the access to elements and physical trait of documents by historians, mainly in the types of historical research that focus on materiality of objects made by the humankind.

Keywords: Document; Digital Humanities; Permanent collections.

1 INTRODUÇÃO

Buscamos, por meio do presente texto, apresentar argumentos para sustentar nossa análise preliminar sobre a digitalização de documentos de preservação permanente, que são parte fundamental das fontes de informação para a pesquisa histórica. No sentido de exemplificar seu impacto, foi selecionada a experiência do Arquivo Público Mineiro (APM) e do Sistema Integrado de Acesso dessa instituição arquivística.

Para a melhor compreensão da proposta, fundamentaremos algumas necessidades inerentes ao perfil da pesquisa histórica. O presente texto deriva das reflexões e resultados parciais da pesquisa de doutorado “Redocumentarização do documento de valor histórico: impactos da inovação tecnológica nas tradições historiográfica e arquivística” (título provisório), período de 2014 a 2018.

Em consonância com o pensamento de Pédaque (2003), que assinalava que o formato eletrônico revolucionaria o conceito de documento, buscamos entender um pouco mais em que e como essa revolução interfere na construção historiográfica e nos procedimentos de organização da informação. A presente pesquisa circunscreve-se ao tema da digitalização de livros, coleções e objetos tridimensionais não textuais de valor cultural, assim como documentos de arquivo pertencentes ao ciclo permanente, ou de valor secundário.

Estamos entendendo ser indispensável ajustar as ferramentas e os métodos digitais de acordo com questões historiográficas antigas e novas, adequando-as à investigação. Muitas vezes as informações históricas estão incompletas, distorcidas e mal adequadas frente a métodos que operam em uma presunção de certeza científica. Carece-se do cuidado e consciência de que as propriedades de representação da mídia digital podem fornecer uma falsa sensação de objetividade, negando dados a uma adequada contextualização. O contexto de acesso às fontes de informação é fundamental para a compreensão dos problemas a elas inerentes e o pesquisador deve levá-lo sempre em consideração.

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

Para a discussão ora apresentada, é de suma importância entender a crítica empreendida à *História Positivista* pelo movimento dos *Annales*. Trata-se de necessária compreensão do quanto tal movimento, ao ampliar o conceito de documento valorizado historicamente, também influenciou, direta ou indiretamente, os campos da Documentação, Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia¹. Estamos considerando que inumeráveis avanços tecnológicos foram produzidos viabilizando projetos de organização informacional, da mesma forma que incalculáveis esforços no campo da pesquisa e na produção de saberes foram realizados para o estabelecimento de métodos de investigação solidificados cientificamente.

O desenvolvimento do percurso investigativo nos ofereceu a clara sensação de estarmos abordando um fenômeno relativamente recente, que se manifesta a partir das pesquisas, geralmente ou ao menos em parte, em fontes documentais que foram digitalizadas. Constatamos estar diante de um fenômeno que ainda não está repertoriado na literatura especializada e, assim, estamos buscando problematizar suas nuances. Este quadro nos levou a desenvolver uma preocupação com os novos arranjos documentais que surgem a cada dia, uma vez que, cada vez mais, contamos com grupos que operam nessa interface de disponibilização documental com métodos e lógicas variadas.

Preocupa-nos, ainda, o fato de que muitas vezes, as inovações tecnológicas podem apresentar propostas alçadas rumo a expectativas de futuro que venham a desconsiderar alguns procedimentos tradicionais importantes. Defendemos o pressuposto de que é necessário conhecer profundamente os conceitos que alicerçam a teoria científica e apreender quais instrumentais teóricos metodológicos a orientam presentemente.

Notamos que o conceito de documento, nos últimos trinta anos, se constituiu em um dos temas centrais de debates como objeto da Ciência da Informação (CI). O movimento nomeado de "neodocumentação" ou "redocumentalização" representou um deslocamento da "informação", como objeto de estudo, para o "documento", enquanto a "materialidade da informação" (Frohmann, 2008). Esse fenômeno alimentou estudos sobre práticas sociais da informação, suas consequências e efeitos, promovendo maior proximidade entre áreas que lidam com o documento como a História, a Arquivologia, a Museologia, a Biblioteconomia e a Documentação - sendo estas as áreas que gravitam no entorno da presente discussão.

¹ No caso dos museus, a nossa relação está focada nos acervos virtualizados.

2 METODOLOGIA E AMOSTRAGEM

Foram convidados, por e-mail, 20 docentes permanentes do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG (PPGH-UFMG)², a partir dos 27 pesquisadores encontrados na página Web desse programa. O critério estabelecido, previamente, foi possuir formação na área de história anterior aos anos 1990, sem distinção de sexo e/ou idade. Os convites foram enviados no começo do mês de novembro de 2015. As entrevistas aconteceram entre novembro de 2015 e março de 2016.

Nessa amostragem de 20 convidados, 10 não responderam a nenhum dos dois convites enviados e houve a recusa explícita da parte de 04 historiadores. Os motivos alegados por estes últimos compreenderam o fato de não se considerarem em condições de contribuir com reflexões significativas ao nosso trabalho, devido a não terem familiaridade com o objeto específico da pesquisa (02 convidados); saída do país para estudos no exterior (01 convidado); e dificuldade de encontrar espaço na agenda para participar da entrevista (01 convidado)³. Aos que se manifestaram inaptos para lidar com o tema foi informado que, apesar da pesquisa envolver assuntos que não seriam de suas atuações específicas como arquivologia e digitalização de acervos permanentes, a entrevista se concentraria na *práxis* do historiador no momento presente.

O objetivo dessa consulta foi identificar a opinião de profissionais que possuem o documento arquivístico como fonte de informação para suas pesquisas. Buscamos elucidar limites e ganhos encontrados no processo de consulta, análise, acesso e escrita histórica a partir do documento digitalizado. Esse perfil de entrevistados foi identificado pela sigla HB01 a HB06⁴. As informações fornecidas foram gravadas digitalmente e analisadas, buscando-se obter, a partir dos relatos, padrões de informações que contemplariam impactos que pudessemos classificar como positivos e negativos para o fazer historiográfico contemporâneo. Além disto, nossa atenção focou as preocupações destes profissionais a respeito do processo de digitalização dos acervos permanentes, os quais são comumente entendidos pelos historiadores como acervos de valor histórico. O importante para a pesquisa consistia em captar, a partir da *práxis* desses profissionais, situações de pesquisa a serem analisadas.

² <http://historia.fafich.ufmg.br/corpodoc.php>

³ Em todos os convites foi informado que a escolha de data, hora e local ficaria a critério do convidado.

⁴ As letras HB, da sigla escolhida, significa “Historiador Brasileiro”.

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

Em relação ao problema colocado, as informações obtidas nos possibilitaram inferir graus de concordância maior do que de discordância entre estes profissionais, da mesma forma que na fase da pesquisa de doutorado que foi realizada com os arquivistas. Mesmo apresentando informações as mais variadas, vindo do total dos seis entrevistados, conseguimos captar padrões de pensamento em relação à reflexão proposta.

Assim, colocando o tema “Digitalização e virtualização do documento arquivístico”, buscamos conhecer as mudanças consideradas como positivas e/ou negativas, sem realizar perguntas de forma antagônica, ou seja: quais impactos positivos?; quais impactos negativos? Previamente, adotamos perguntas em que as respostas nos permitiriam inferir as considerações sobre vantagens e desvantagens que o entrevistado compreendia, de acordo com o seu grau de satisfação e aceitação do processo em pauta. Os relatos selecionados para este artigo reúnem alguns momentos em que esses pesquisadores mineiros usaram, em suas experiências de pesquisa, o SIAAPM.

3 HUMANIDADES DIGITAIS: HISTORIOGRAFIA DIGITAL

Na Inglaterra surgiu, no final do século XX, um novo campo denominado “*Digital Humanities*”, dedicado às mudanças qualitativas engendradas pela informatização digital. No Brasil, aparece em 2013 a Associação das Humanidades Digitais, reunindo pesquisadores de diversas áreas das Ciências Humanas, sintonizados com o surgimento de novas linguagens que não são verbais, nem orais, mas icônicas, como as de programação e informática. Infelizmente, essa discussão ainda se circunscreve a um pequeno número de pesquisadores brasileiros. Humanidades Digitais (HDs) é usado para designar, em alguns momentos, um conjunto de práticas; em outros, um novo campo acadêmico. Para O’Donell (2015), HDs seria uma atividade interdisciplinar que transfere para a mídia digital o local de pesquisa tradicional, estendendo as potenciais utilizações e impactos de textos, objetos culturais e outros dados. Na definição de James Cummings (2015), HDs seria um campo acadêmico auto reflexivo que olha para a aplicação da tecnologia digital nas humanidades como campo de investigação.

O *Thesaurus Linguae Graecae*, projeto precursor, iniciado em 1972, constitui-se hoje na maior e mais bem trabalhada coleção de textos clássicos sob forma digital. Como afirma Souza (2013, p. 13), “o ambiente de leitura e edição formado pelo *Thesaurus* exemplifica perfeitamente, também, a radical expansão do uso dos textos como resultado da aplicação

das tecnológicas digitais”, ressaltando a “tendência de construção de ferramentas que ajudam na criação e na manipulação de novas formas de representações”.

Trata-se de um campo de investigações e estudos que se dedica a analisar os impactos das mídias digitais sobre as disciplinas em que são usadas. Busca perceber os meios digitais como transformadores das formas de percepção do conhecimento. O interesse fundamental das HDs é compreender o impacto das inovações tecnológicas na pesquisa acadêmica, assim como procura determinar que metodologias, teorias e procedimentos práticos precisam passar por revisão para seu desenvolvimento. Nesta pesquisa procura-se, portanto, entender o impacto das inovações tecnológicas nas tradições historiográfica e arquivística.

3.1 Historiografia Digital

Entendemos que o cenário das tecnologias da informação e comunicação provoca expressiva alteração na percepção de noções como tempo e espaço, os quais são elementos fundamentais para os historiadores. A preservação, análise e representação da informação histórica em coleções e arquivos digitais, além de outros meios de comunicação, levanta questões complexas, desafiadoras e muitas vezes confusas. O meio digital tem desafiado os historiadores a ampliar seus conhecimentos sobre arquivos digitalizados e compreender a sua função na geração de conhecimento.

O texto que introduz a Historiografia Digital (HISTD) é *Digital history: A Guide to Gathering, Preserving, and Presenting the Past on the Web*, de autoria de Cohen e Rosenzweig (2005). Uma HISTD busca complementar outros métodos historiográficos, aplicando os rigores metodológicos indispensáveis ao entendimento dos acontecimentos históricos. Em 2011, tal debate também foi registrado nos meios arquivísticos, com Joshua Sternfeld⁵, que publicou na *American Archivist* um artigo definindo a Historiografia Digital como o estudo crítico e interdisciplinar sobre a interação da tecnologia digital com a prática histórica⁶. E, para sabermos o impacto dessas mudanças sobre a noção de documento, precisamos compreender o conceito de História no mundo contemporâneo.

⁵ Joshua Sternfeld atua desde 2009 como oficial sênior no *National Endowment for the Humanities Division of Preservation and Access* em Washington, D.C., nos Estados Unidos da América.

⁶ *Critical, interdisciplinary study of the interaction of digital technology with historical practice* (STERNFELD, 2011, p. 550).

4 O MÉTODO HISTORIOGRÁFICO CONTEMPORÂNEO

4.1 Escola dos *Annales*

Nossa preocupação se pauta pela especificidade do método historiográfico que, no começo do século XX, passou a ser baseado em uma noção documental ampliada, ao se questionar os tipos de informação intrínseca que os artefatos culturais podem conter. Conjugado ao fazer historiográfico, observamos a gênese do processo de Documentação no final do século XIX, refletindo aumento da produção bibliográfica, da pesquisa científica e do surgimento de novos suportes, fatores que deram origem a novas técnicas para a organização e a administração da informação.

Na França, seguindo a linha de pensamento iniciada por Auguste Comte, um dos desdobramentos da História Científica foi a determinação da dita “História Positivista” ou Metódica. Na Alemanha, esse tipo de procedimento de pesquisa histórica teve como um de seus mais expressivos precursores o historiador alemão Leopold von Ranke. A “teoria” de Ranke tinha como princípio escrever a história como realmente ela teria acontecido, buscando o “apelo à objetividade” (Gay, 1990, p. 70). Ranke propôs que a narrativa e o registro histórico fossem provenientes da pesquisa sobre fontes documentais primárias, ou seja, dos documentos de arquivo, o que colaborou para que o Arquivo⁷ passasse a ser o lugar por excelência do historiador. No entanto, especificamente, considerar somente o método da crítica textual de documentos de arquivo leva a algumas limitações conceituais de documento histórico, no sentido de que a fonte histórica seria o texto, ou um documento escrito, para a geração de outro texto.

Assim, no início do século XX, as críticas à “História Positivista” cresceram. James Harvey Robinson, por exemplo, defendeu a criação de uma “Nova História”, caracterizada por considerar uma ampla variedade de fontes documentais, como “qualquer traço ou vestígio das coisas que o homem fez ou pensou, desde o seu surgimento sobre a terra” (Robinson como citado em Burke, 1997, p. 20). A partir dessas ideias temos, em parte, o pano de fundo que deu base a formulação do movimento que revolucionou a historiografia do século XX, denominado por muitos teóricos de Escola dos *Annales*.

O movimento dos *Annales* foi norteado por algumas diretrizes, como a substituição da tradicional narrativa dos acontecimentos por uma história problematizante, voltada para o

⁷ O caráter oficial do documento de arquivo lhe atribuiu o privilégio de confiabilidade para a narrativa histórica.

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

enfoque da história de todas as atividades humanas e não apenas a história política, ou seja, almejava-se uma história total ou das estruturas. A partir da “revolução historiográfica” proporcionada pelo movimento dos *Annales*, temos o início dos questionamentos ao método e a abordagem da “História Positivista”, considerada metodologicamente limitada por privilegiar mais o acontecimento, ou a causa, do que seus efeitos.

A intensificação dos processos do trabalho do historiador, quando esse profissional passou a ter a preocupação de, em seu fazer interpretativo, selecionar, identificar e reunir as evidências documentais diversificadas para a sua investigação, considerando a totalidade interpretativa que um objeto pode trazer, significou transcender, por meio do questionamento, a aparente informação objetiva. Busca-se, dessa forma, inventariar todos os elementos intrínsecos da fonte, de acordo com a perspectiva do próprio historiador. Assim, de acordo com essa perspectiva, o documento físico – ou seja, seu suporte – também pode ter algo a dizer, dependendo da pergunta feita pelo historiador.

Elegemos uma linha de condução de pesquisa que abarca a transposição, ou a migração da documentação de valor histórico, de idade permanente ou valor secundário, para o meio digital. Sejam documentos oficiais em suporte papel, sejam documentos privados também em suporte papel; além de fotografias, livros e objetos tridimensionais depois de digitalizados. Buscamos conhecer o impacto desse procedimento entre os pesquisadores que utilizam fontes digitais. Para isso, recorreremos ao método de entrevistas semiestruturadas. Antes de apresentar esses depoimentos, vejamos como se estrutura o Arquivo Público Mineiro e o Sistema Integrado de Acesso do Arquivo Público Mineiro.

5 SISTEMA INTEGRADO DE ACESSO DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO (SIAAPM)

O Sistema Integrado de Acesso do Arquivo Público Mineiro (SIAAPM) é de responsabilidade do Arquivo Público Mineiro (APM), superintendência da Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais. A tradição da divulgação de documentos reformatados é antiga. Em 1896, a referida instituição arquivística criou a Revista do Arquivo Público Mineiro. Tendo em vista que até a década de 1920 não existiu sala de consulta no APM, deve-se considerar que os historiadores de então utilizaram, como fonte, apenas os documentos transcritos ou fac-símiles publicados no mencionado periódico. Mesmo após a criação da sala de consulta, faltavam instrumentos de pesquisa, restritos a inventários e listagem de poucos fundos ou séries documentais (Parrela, 2012). Portanto, durante muito tempo, a principal

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

forma de acesso que os pesquisadores tinham aos documentos era via o periódico institucional ou de livros que os reproduziam. Na década de 1970, as condições de pesquisa, em razão da melhor descrição do acervo, melhoram, mas, nessa mesma década, implanta-se no APM o laboratório de microfilmagem. Os acervos mais consultados foram reformatados e o acesso a eles passou a ser, em razão da preocupação de sua preservação e da manutenção do seu arranjo físico, somente por meio de leitoras de microfimes.

No Brasil, na década de 1990, surge nova onda de reformatação de acervos e, conseqüentemente, de restrição de acesso direto dos pesquisadores aos documentos originais. Registra-se, então, uma forte mobilização de instituições arquivísticas com o objetivo de realizar projetos voltados à digitalização de acervos, provocando significativa transformação no universo arquivístico. A iniciativa sítio da intranet (Figura 1), iniciado em 2004, provém da tendência de desenvolver projetos de digitalização desde 1999, momento em que passou a incluir em seu plano diretor um programa de informatização dos processos de acesso e de descrição arquivística (APM, 2015).

Figura 1: Sítio da intranet do Arquivo Público Mineiro, 2004.



Fonte: Acervo do autor.

Trata-se de uma base informatizada que disponibiliza informações textuais sobre o acervo documental do APM, além da parte dos documentos sob a sua guarda que já foram digitalizados. Sua principal finalidade era facilitar a pesquisa presencial, pois não era

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

facultado o acesso via internet. Foi concebido dentro das normas de descrição arquivística, aliando os instrumentos de pesquisa, de forma gradativa, a incorporação de novos conjuntos documentais digitalizados.

Em 30 de outubro de 2007, surge o SIAAPM, concebido no contexto da Web 2.0, que permitiu a disponibilização *on line* não apenas de bancos de dados textuais, como também de imagens. Para realizar as consultas, tal sistema contava com instrumentos de pesquisa para diversos tipos documentais (manuscritos, iconográficos, cartográficos, fílmicos), assim como a coleção da Revista do Arquivo Público Mineiro e, a partir de 2009, milhares de fichas catalográficas, entre outros. No entanto, apesar de atualmente esse sítio disponibilizar grandes conjuntos de imagens, a estimativa é de que isso represente apenas 5,0% do acervo total.

O SIAAPM também informa que tem como meta a inserção anual de novos fundos e coleções, acervos documentais e bibliográficos ao sistema. A instituição por ele responsável alega que tal iniciativa reafirma o compromisso de disponibilizar de forma ampla o acervo documental aos interessados. Mesmo possibilitando o acesso presencial a todo o material sob sua guarda, restava a ela o desafio de torná-lo também acessível àqueles que estivessem geograficamente distantes. Em 2013 foi implementado um novo projeto gráfico. Os módulos de acervo iconográfico e o de imagem em movimento passaram a permitir a visualização das fotos em miniaturas, facilitando o acesso às imagens e às informações da ficha de identificação. O SIAAPM, em números de 2013, contava com um vasto acervo documental, disponibilizado em torno de 1.000.000 de imagens (APM, 2015).

No entanto, não nos é possível considerar o vasto e exaustivo trabalho que vem sendo desenvolvido pela iniciativa mineira como um processo que se aproxima do método de Redocumentarização⁸. Tampouco, queremos dizer que ele assim deveria ter sido constituído. Pois, os esforços até aqui realizados já representam um grande avanço, que foi e é fruto de um trabalho detalhado e complexo. Como um exemplo desse não enquadramento, apesar de englobar mecanismos de busca simples e avançada que facilitam a consulta ao acervo documental disponibilizado, parte dos resultados é apresentado apenas em fichas descritivas dos documentos textuais. Isso ocorre, por exemplo, no módulo Casa dos Contos, referente à documentação fiscal e administrativa da Capitania de Minas Gerais.

⁸ Descreveremos o processo na seção seguinte.

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

Figura 2: Sítio do Sistema Integrado de Acesso do Arquivo Público Mineiro, 2008



Fonte: Acervo do autor.

Figura 3: Sítio do Módulo “Casa dos Contos” do SIAAPM



Fonte: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>. Acesso em: 2 jul. 2017.

Tal situação decorre do fato de essa documentação ainda não ter sido digitalizada. O pesquisador que for à instituição terá acesso a ela por meio de microfimes. Portanto, a consulta deverá ser realizada de forma presencial, mas sem acesso ao documento físico.

5.1 Os pesquisadores, o SIAAPM e a Redocumentarização

5.1.1 Redocumentarização

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

O processo de Redocumentarização é considerado uma “imposição” do universo digital, versando sobre “tratar novamente um documento ou uma coleção de documentos rearticulando os conteúdos segundo o uso ou a interpretação do usuário” (ARNAUD & MERZEAU, 2009, p. 186). O seu ciclo passa por uma série de procedimentos objetivando transpor o documento tradicional para o meio digital (SALAÜN, 2007b). Considera-se este processo como outra ordem documentária que seria definida a partir de sua relação com os dispositivos existentes em diferentes sociedades e épocas. Dentro do percurso de desenvolvimento desta pesquisa, em momentos de divulgação da mesma, o processo de Redocumentarização foi frequentemente confundido com o de Reformatação de acervos; entendemos, porém, que se tratam de dois procedimentos distintos.

A digitalização, e/ou até a digitação, para a geração de bancos de dados de acesso virtual, baseia-se na reformatação de acervos, ou seja, na transposição do conteúdo informacional dos documentos de um suporte para outro. No caso da digitalização, esta pode acontecer por meio de um escâner, realizando a captação da imagem de um documento em suporte papel e o transformando em informações lógicas que serão acessadas por dispositivos informáticos. Tal processo, a reformatação de acervos, pode ser realizado também para o meio analógico, como é o caso da microfilmagem. Além disso, a mesma informação migrada para o microfilme permite sua posterior digitalização, evitando o uso do escâner tradicional sobre o papel - considerando-se neste caso os documentos arquivísticos. Desta maneira, na presente pesquisa, entendemos que Reformatação de acervos é um procedimento técnico de migração de suporte documental. Já a Redocumentarização, diz respeito ao processo de organização em meio digital de uma documentação reformatada, seguindo os princípios clássicos da Arquivologia.

Às preocupações científicas dos arquivistas se somou uma inerente preservação de documentos eletrônicos: digitalizados, digitados e também os nato-digitais⁹. Os acervos compostos por documentos eletrônicos, além dos muitos benefícios que proporcionam, estabelecem cuidados de preservação mais delicados, vulneráveis e rigorosos do que os adotados para os acervos físicos e analógicos¹⁰. O processo de reformatação envolve não apenas a duplicação da informação, mas a geração de um novo tipo de acervo com características físicas diferentes do original, mantendo-se ainda a preservação e conservação

⁹ O documento nato-digital compreende aquele criado originariamente em meio eletrônico.

¹⁰ O microfilme, formato analógico, tem estimativa de durabilidade de 500 anos.

dos originais. Assim, o que ocorre é que o processo de Redocumentarização é viabilizado após a reformatação dos acervos, o qual permitirá migrar a documentação tradicional para o meio digital por meio da digitalização.

5.1.2 Historiadores e sua relação com os acervos tradicionais e digitalizados do APM

Uma preocupação que surgiu de maneira significativa, durante as entrevistas, foi o de constatar uma tendência “do arquivista fechar a documentação e achar que para preservar é necessário deixar esta intocável” (HB04), pois o profissional responsável pela documentação consideraria que não seria mais necessário o contato com o original pelo fato de o documento estar representado digitalmente. Essa mesma experiência, um dos autores desta comunicação, vivenciou durante a sua pesquisa para o mestrado em história da educação na Hemeroteca Histórica da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, em Belo Horizonte, Minas Gerais.

Tangenciando o assunto do parágrafo anterior, HB01 relatou ter participado de debates entre historiadores e arquivistas no Arquivo Público Mineiro (APM), sobre o seguinte tema principal: “tenho uma documentação que precisa ser descartada”:

A grande briga do dia, muito interessante, jamais vou esquecer disto, era o descarte de um pedaço de papel do século XVIII, em branco. Se dizia: “está em branco, tem que ser descartado, o arquivo não pode ter isto, não é documento, isto não é fonte...”. Nós falávamos, pode não ser agora, mas não será uma fonte para mim, porque eu iria estudar o papel? Aí está a materialidade, saber de onde vem o papel, olhar contra a luz para ver se tem alguma marca d'água, a sua composição química, o desgaste, um pingo de tinta. Tudo isto pode ser muito importante para a pesquisa do historiador que queira trabalhar, por exemplo, a história do papel, a configuração do papel, a produção do papel como um suporte para ser escrito. Então, neste sentido, eu acho que a digitalização coloca muitos limites a esse pesquisador que não vai ter a possibilidade de pegar aquele papel e sentir a sua textura e comparar com outros papéis, medir a sua espessura, sentir as fibras, a tonalidade, se tem acidez, se o processo de acidez continua, etc. Neste sentido, há uma grande perda (HB01).

É interessante observar, a partir desse relato, que arquivistas e historiadores tendem a apresentar conceitos diferenciados do que seja um “documento”. Os primeiros o veem como um registro autêntico e fidedigno, produzido ou recebido, por pessoa física ou jurídica, no exercício de suas atividades. O segundo grupo considera documento qualquer vestígio da criação humana, inclusive uma folha de papel em branco. Em outras palavras, o item em

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

questão, do ponto de vista arquivístico, de forma alguma pode ser considerado um “documento”, mas, do ponto de vista histórico, ele é um “documento”.

HB01 disse enfrentar problemas com o descarte de documentos, justamente por conta desse tipo de considerações, o que significa dizer que, “se estivesse hoje em uma comissão de descarte de documentos dentro de um arquivo, eu como historiador, talvez colocasse as mesmas questões e problemas que coloquei há 30 anos atrás, quando era estudante”. Eis aí mais um exemplo da mútua incompreensão entre as áreas de Arquivologia e Histórica. Os arquivos públicos, como qualquer manual da área esclarece, são instituições de guarda permanente de documentos. Em outras palavras, essas instituições não implementam avaliação e eliminação de seus respectivos acervos. O caso da folha de papel, acima relatado, pode ter ocorrido, mas seu eventual descarte foi defendido em razão de esse registro não ser considerado um documento arquivístico.

Conforme determina a legislação federal e estadual, as fases de avaliação e eliminação de documentos ocorre somente nos primeiros dois ciclos de vida desses registros, ou seja, no corrente e no intermediário. Uma vez identificados os prazos de prescrição legal e o valor secundário (ou seja, histórico) de determinados conjuntos documentais, é vedado por lei qualquer procedimento de eliminação, pois se trata agora de patrimônio documental. Para o entrevistado, refletindo sobre possibilidades futuras, assim como também entendemos e defendemos, a disponibilização virtual não autoriza o descarte do documento original – o que implicaria em crime, de acordo com o Código Penal e a Constituição Federal.

O entrevistado HB03, também a partir de experiências práticas, questiona se, por exemplo, o “Arquivo Nacional, mesmo diante de um excelente trabalho que vem sendo feito, de modo geral, pensaria no usuário”, seja ele o profissional da história ou o público em geral. No entanto, considera o APM como um arquivo de destaque em termos de organização:

Eu, pessoalmente, por ter me envolvido em muitos projetos de arquivos, não tenho tanta confiança de que as coisas são feitas da maneira ideal para o usuário (...) o que se tem feito no Arquivo Nacional, eu acho que quase nada. Não sei se vai se extrair alguma coisa de mais valor e como vai ficar. Falta padronização, eu acho que falta ensinamentos da ciência da informação que abordem essa questão. Estou falando, posso estar errado, mas eu tenho impressão que não. Isto vai alimentando uma falta de padrão. Não sei ao final das contas o quanto a gente andou para frente. Se você for pensar a 25 anos atrás, no nível nacional, qual era o arquivo do setor público mais bem organizado do Brasil? Era o Arquivo Público Mineiro (APM). E qual que é hoje? Continua sendo o APM.

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

Esse último depoimento também revela dimensões desafiadoras. A falta de “padrão” acima mencionada é real. Ela decorre do seguinte motivo: somente na década de 1980 começa um debate internacional a respeito da padronização das normas de descrição arquivística. Até então, predominavam procedimentos institucionalmente locais e intuitivos. A NOBRADE (Norma Brasileira de Descrição Arquivística) data somente de 2006. Ora, conforme mencionamos, desde 1920 o APM vem produzindo instrumentos de pesquisa que foram referenciados nas mais diversas pesquisas acadêmicas e de erudição histórica. Refazer esse trabalho, além de exigir a elaboração de índices remissivos, levaria a não descrição de novos acervos incorporados à instituição, pois todos os esforços seriam direcionados ao refazer dos instrumentos de pesquisa desatualizados.

HB04 acrescentou um fator que considera muito positivo: “quando imagino, por exemplo, a minha dissertação de mestrado, que pesquisei durante 3 anos dentro do Arquivo Público Mineiro (...) hoje, poderia fazer tudo de casa sem a necessidade de ir ao Arquivo” (HB04). Pode-se perceber que esse entrevistado utiliza largamente acervos virtualizados, relatando a existência, conhecimento e uso de muitos documentos do arquivo da Torre do Tombo *online* e também cita “O Arquivo do Exército e a Biblioteca Nacional” (HB04).

Além disso, HB04 forneceu outro exemplo: “um colega trabalhou com um documento célebre, o discurso do Conde de Assumar, ex-governador de Minas Gerais em 1720, e que foi escrito após a revolta de Vila Rica”. Tal documento foi transcrito em alguns momentos diferentes e, mais recentemente, na Coleção Mineiriana, da Fundação João Pinheiro. A historiadora Laura de Mello e Souza realizou um estudo crítico sobre esse discurso. Recentemente, foi localizado no APM outra versão que parece ser a original, porque, além do texto básico, o documento localizado possui várias anotações às margens da folha. Então, “esse é um tipo de estudo que o historiador precisa realizar, como por exemplo, localizar todas as variações do mesmo documento buscando por diferenciações, até para tentar definir qual é a versão original”. O entrevistado HB04, com esse exemplo, buscou introduzir o comentário de que “muitas vezes os profissionais de arquivo não preservam alguns documentos, por já existirem em outro arquivo. Mas, pode se tratar de uma variação do mesmo documento”. E, “justamente, o porquê de este estar ali, porque ele foi parar ali e como foi parar ali é o que historiador estará examinando”.

Eis aí mais um exemplo da necessidade urgente de se incluir disciplinas de Arquivologia nos cursos de História. A primeira área considera os documentos em seus conjuntos orgânicos.

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

Por isso mesmo, um documento repetido pode ser único em seu respectivo conjunto orgânico. Um acordo diplomático entre dois países, por exemplo, gera dois documentos idênticos, mas únicos em respectivos conjuntos documentais, que regulam o referido acordo. Ademais, conforme já afirmamos, a eliminação - implícita na afirmação “muitas vezes os profissionais de arquivo não preservam alguns documentos” – não ocorre em arquivos públicos. Se isso ocorrer, estará ocorrendo um crime, com sanções previstas em lei. Mesmo nas fases correntes e intermediárias, as autorizações de eliminação precisam ser previstas em lei (ou seja, precisão estar definidos os “prazos de prescrição legal” dos documentos), assim como dependem de uma Comissão Permanente de Avaliação de Documentos de Arquivo (CPAD) e da aprovação da autoridade competente do órgão público. Uma vez consolidada a listagem de eliminação, ela é enviada à Diretoria de Gestão de Documentos do APM. Essa instância tem por função revalidá-la, ou não, totalmente ou parcialmente, e submetê-la ao presidente do Conselho Estadual de Arquivos e a outros órgãos fiscalizadores, como o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Uma vez aprovada nessas instâncias, a súmula da lista de eliminação é publicada no Diário Oficial estadual, onde se dá o prazo de trinta dias para contestações e questionamentos por parte do Ministério Público ou do cidadão comum. Portanto, a ideia de que ocorra eliminação de documentos nas instituições arquivísticas públicas revela mais um desconhecimento do que uma prática efetiva. Por outro lado, essas eliminações legais não resultam de decisões informais ou aleatórias de arquivistas, mas sim de um complexo conjunto de procedimentos regulados e revalidados em vários níveis.

HBO4 defende que o arquivista, ao organizar uma documentação, efetuasse uma descrição a mais minuciosa possível. Principalmente, sobre a proveniência do documento, o porque ele está em um conjunto e etc. Para o entrevistado, a desmembração de documentos em um arquivo, por exemplo, quando um mapa vai para um setor do arquivo e um texto que originalmente o acompanhava segue para outro, “dificulta para o historiador colocar as duas coisas juntas e na Internet este risco é muito maior”. Tal assertiva é correta. Ela, na verdade, revela a principal fragilidade do SIAAPM. Embora, a organicidade da documentação do APM seja preservada em seus recentes instrumentos de pesquisa, como os inventários sumários e topográficos, o mesmo não é constatado no sistema de acesso virtual. Cabe lembrar, no entanto, que isso é um preço a pagar pelo pioneirismo da iniciativa. Em 2007, ainda não existiam ferramentas como o ICA-ATOM, que preveem uma descrição arquivística,

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

preservando-se os nexos orgânicos do documento com o respectivo dossiê em que está inserido, assim como com a subsérie, série e fundo a que ele diga respeito.

HB04 presenciou no Arquivo Público Mineiro (APM) discussões sobre se determinado tipo de documento, recolhido ou enviado a esse Arquivo, seria ou não considerado dentro do perfil daquela instituição: “foi uma grande briga quando o arquivo resolveu descartar os jornais”. A solução foi fazer uma enorme mobilização e a criação de uma hemeroteca estadual, “mas, a proposta inicial do arquivo era simplesmente descartar, porque ele não tinha espaço para preservar tudo e achavam que preservar essa tipologia não seria uma função social do arquivo [APM]”. Esse conflito ocorreu na década de 1990. Ele implicou em uma discussão interessante: os jornais são documentos de arquivo? A opinião que prevaleceu foi a de que os exemplares de jornais são documentos de arquivo, ou seja, provam uma atividade, desde que preservados organicamente com o conjunto, ou pelo menos parte dele, da documentação da empresa jornalística. As coleções de jornais, sem os conjuntos orgânicos institucionais, consistiriam em acervo de bibliotecas. No referido debate, a solução encontrada consistiu em encaminhar essas coleções à Superintendência Estadual de Biblioteca de Minas Gerais, que instituiu a mencionada hemeroteca. Apesar dessa escolha, o APM continuou a receber acervos jornalísticos, mas na condição de conjuntos documentais de empresas da área de comunicação, como no caso do Fundo Jornal Folha de Minas, inclusive parcialmente disponibilizado no SIAAPM.

Em resumo, HB04 considera que há grandes vantagens nessas tecnologias, mas disse “sofrer” toda vez que vê alguém descartando um documento. Para o entrevistado, seria bom que se guardasse tudo o que temos de indícios para o estudo do passado, a tecnologia poderia ajudar muito nessa questão e entende que temos possibilidade de preservar mais e mais documentos do que na era do papel. Trata-se de um ponto de vista disseminado entre os historiadores, mas estranho entre os arquivistas, pois esses últimos consideram principalmente a dimensão institucional. O que se deve fazer é documentar o que de fato foram as instituições, daí a preservação dos registros que provam oficialmente o funcionamento delas, suas atividades e ações, não sendo preservados, por exemplo, minutas ou rascunhos de seus documentos.

HB05 entende que temos que lidar com o que guardar e o que não guardar, além de respeitar as escolhas sociais de guarda e descarte. Para o entrevistado “essa pergunta é muito

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

difícil de responder e me fez lembrar uma coisa que é a guarda dos jornais”, se referindo exatamente ao episódio relatado anteriormente pelo entrevistado HB04:

Na discussão da guarda dos jornais mineiros feita pelo APM, havia pessoas que defendiam que aquilo deveria ser descartado e pessoas que não se deveria descartar. A diretora do arquivo na época disse que não guardaria aquilo, que não teria espaço para guardar. Então, chegou-se a essa discussão de o que guardar e o que não guardar. Acho que tudo que foi memorizado socialmente, como jornais do século XIX e que ficou guardado até um certo momento, merece ter a continuidade da sua guarda. Penso que o documento é a mesma coisa, temos que respeitar o que a sociedade guardou e julgar a todo momento na história o que guardar e o que descartar (HB05).

O entrevistado entende esse processo como um “exercício de temporalidade”, o qual determina historicamente o que se deve preservar. Como no caso dos jornais, a discussão levou a se construir a hemeroteca e a preservar os jornais, porque o movimento de discussão deu sentido a isto. O grande problema, aqui, é novamente os diferentes conceitos do que seja o “documento”. Todo ou qualquer vestígio da criação humana ou um registro oficial de uma instituição ou pessoa física? Muitos historiadores desconhecem que o APM, de acordo com a legislação estadual, é uma instituição do poder executivo estadual. Portanto, sua missão não é recolher aleatoriamente “todos” documentos da sociedade ou de um período, mas sim documentar as funções, atividade e ações do poder executivo estadual.

As coleções de jornais custodiadas no APM, sendo destinados a uma hemeroteca são um bom exemplo dos problemas conceituais acima observados. A Biblioteca Estadual Luiz de Bessa, instituição de acolhida desses acervos, e que passou a abrigar a referida hemeroteca estadual, contava, desde sua fundação nos anos 1950, com um Setor de Periódicos. Portanto, essa instituição tinha e tem como missão formar coleções de jornais e demais periódicos, proporcionando acesso ao mesmo. Se o arquivo público passa a desempenhar essa função, além de comprometer sua missão principal (a de ser arquivo de guarda permanente da documentação do poder executivo estadual), estará duplicando esforços, em área muito carente de recursos e apoio governamental. É evidente que, para muitos historiadores mineiros, após a instituição da hemeroteca estadual, houve grande quantidade de pesquisas baseadas em jornais dos séculos XIX e XX, pesquisas muito provavelmente estimuladas pela própria discussão promovida. Infelizmente, porém, perdeu-se um momento interessante para se aprofundar as diferenças e proximidades entre os conceitos de historiadores e arquivistas a respeito do que é o “documento” e de qual é a missão de um “arquivo público”.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos em poder realçar que a virtualização proporciona uma nova gama de possibilidades de atuação, de reflexão, de conhecimento e de diálogo não existentes anteriormente. Podemos considerar que para os historiadores essa tecnologia se apresenta como uma ferramenta importante na disseminação de uma quantidade de informações sem precedentes: temos facilidade de acesso, redução da distância, as quais geram novas possibilidades de pesquisa e o contato com maiores volumes documentais. Contamos com a minoração de problemas que o documento físico traz, até em relação às questões de saúde.

A possibilidade de uma exploração antecipada amplia o aspecto, por exemplo, dos problemas históricos, possibilita perspectivas novas, aumenta quantitativamente o número de objetos de pesquisas de modo geral. Além disso, um grande avanço para as pesquisas está na possibilidade de configurar investigações antes inibidas pela dificuldade de se chegar a tão variados acervos.

De maneira geral, observamos, nos relatos dos historiadores, que as mudanças que podemos considerar como impactos positivos são em relação a um acesso mais facilitado e a possibilidade de uma consulta documental maior, quando é o caso. Pois, no geral, os arquivos pelo mundo, podendo ser que algum fuja à regra, na média, ainda têm uma porcentagem muito pequena do seu acervo físico disponibilizado virtualmente.

Constatamos, ainda, o surgimento de preocupações a respeito da influência desse processo de virtualização, de forma geral, em alterações metodológicas no campo da história. Há uma consideração de que essa virtualidade nos coloca diante de uma necessária reflexão sobre o que é a própria realidade histórica e o tempo na história, ou seja, como analisaremos esta nova realidade no futuro. Há uma preocupação relativa ao quanto a virtualidade agita os fundamentos essenciais do ofício historiográfico.

Houve certa desconfiança situada em se, realmente, os procedimentos são organizados de maneira ideal para atender ao usuário. Tal apontamento surgiu da constatação de uma “falta de padronização” declarada, especificamente, pelo entrevistado HB03. Esse pesquisador, com muitos anos de experiência em pesquisa histórica, “desconfia” que faltaria conhecimentos básicos que abordem essa questão. A partir desse relato, entendemos ter aqui um tema que mereceria ser investigado com maior profundidade, embora possamos adiantar que tal problema, conforme mencionado, decorra provavelmente da não atualização da descrição documental dos antigos instrumentos de pesquisa.

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

Nossa pesquisa tem nos proporcionado refletir sobre novos desafios diante do costumeiro contato com o “bom e velho papel”. Mesmo com os seus problemas, temos essa virtude, principalmente tendo em mãos um bom índice. Temos as vantagens que a documentação digitalizada, ou digital, permite. Mas há o desafio da preservação e do resgate eletrônico dessas informações no futuro. A documentação digitalizada precisa de *softwares* e *hardwares* para ser decodificada. Grande parte das pessoas se depara com documentação, no sentido mais amplo do termo, que foi digitalizada em anos anteriores e que não são reconhecidas, ou lidas, por *softwares* e *hardwares* atuais. A rapidez dos progressos tecnológicos promove a rápida obsolescência de *hardware* e *software*, e, em consequência a obsolescência de formato e dos suportes do documento eletrônico, é necessário um processo de preservação complexo e delicado.

Enfim, os agravantes da volatilidade do documento digital se concentram em sua fragilidade de suporte, na necessidade do aparato tecnológico para acesso ao seu conteúdo tornando-o dependente, além da necessidade de monitoramento do documento eletrônico a fim de preservá-lo pelo tempo que se fizer necessário. Estes são alguns dos fatores substanciais, ou grandes riscos, que envolvem a digitalização dos documentos de arquivos permanentes.

REFERÊNCIAS

APM. **Arquivo Público de Minas Gerais**. 2015. Disponível em <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br>>. Acesso em 18 set. 2015.

ARNAUD, Michel; MERZEAU, Louise (org.). Traçabilité et Réseaux Hermès, n.53, Paris, **CNRS Éditions**, avril 2009.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales: 1929-1989: a revolução francesa da historiografia**. Trad. Nilo Odália. São Paulo: UNESP, 1997.

COHEN, Daniel; ROSENZWEIG, Roy. **Digital History: A Guide to Gathering, Preserving, and Presenting the Past on the Web**. University of Pennsylvania Press, 2005.

CUMMINGS, James. How do you define Humanities Computing/Digital Humanities? **Wiki, Universidade de Alberta**, 2015. Disponível em <http://tapor.ualberta.ca/taporwiki/index.php/How_do_you_define_Humanities_Computing/_Digital_Humanities%3F>. Acesso em 30 abr. 2015.

FROHMANN, Bernd. O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, M.S.L., MARTELETO, R.M., LARA, M.L.G. de (org.). **A dimensão epistemológica da Ciência da**

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

Informação e suas interfaces, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação. SP: Cultura Acadêmica; Marília; Fundepe, 2008. p. 19-34.

GAY, Peter. **O Estilo na História.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

O'DONELL, Paris. How do you define Humanities Computing/Digital Humanities? **Wiki, Universidade de Alberta**, 2015. Disponível em <http://tapor.ualberta.ca/taporwiki/index.php/How_do_you_define_Humanities_Computing/_Digital_Humanities%3F>. Acesso em 30 abr. 2015.

PARRELA, Ivana D. **Patrimônio documental e escrita de uma história da pátria regional: Arquivo Público Mineiro 1895-1937.** 1. ed. São Paulo; Belo Horizonte: Annablume; PPGH-UFMG, 2012.

PÉDAUQUE, R. Document: forme, signe et medium, le reformulations de numériques. **STIC-CNRS**, 8 jui., 2003. Disponível em: <http://archivesic.ccsd.cnrs.fr/sic_00000511.html> Acesso em 05 fev. 2013.

SALAÛN, Jean-Michel. La redocumentarisation, un défi pour les sciences de l'information. **Études de Communication n° 30, Entre information et communication, Les nouveaux espaces du document**, Université de Lille 3, décembre 2007b.

SOUSA, Maria Clara Paixão. **Grupo de Pesquisas Humanidades Digitais - Relatório de atividades.** 2013. Disponível em <https://humanidadesdigitais.files.wordpress.com/2013/09/grupohumanidadesdigitais_relatorio_completo_2011-2013.pdf>. Acesso em 30 abr. 2015.

STERNFELD, Joshua. Archival Theory and Digital Historiography: Selection, Search, and Metadata as Archival Processes for Assessing Historical Contextualization. **The American Archivist**, 74, Fall/Winter, 2011.